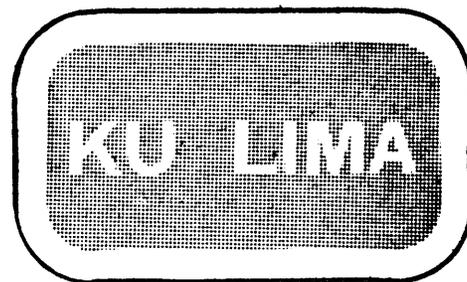


# Conhecem melhor do que nós aquilo que nós criámos



O II Congresso de Escritores Portugueses, promovido pela Associação Portuguesa de Escritores, que decorreu em Lisboa de 3 a 5 de Março último, foi uma rara oportunidade de aprendizagem e de contacto com uma realidade cultural bem viva e dinâmica como o é, de facto, o mundo da intelectualidade portuguesa. Foi também uma boa oportunidade para, dentro e fora dos trabalhos do Congresso, conhecer pessoas que combateram o fascismo salazarista em Portugal com as armas que tinham — poesia, romance, ensaios. Privilégio único de conhecer, de uma só assentada, os intelectuais do exílio, os intelectuais progressistas e os intelectuais revolucionários.

Com risco de ter já deixado este assunto arrefecer gostaria de referir ao leitor um aspecto que me parece digno de realce: a intelectualidade progressista portuguesa mantém um conhecimento profundo sobre a nossa literatura. Investiga, comenta, defende teses e procura a todo o passo saber dos novos valores literários recorrendo mesmo a recortes daquilo que

se vai publicando nos nossos órgãos de informação, recortes esses que pessoas amigas ou parentes aqui radicados se encarregam de enviar. Naturalmente que o conhecimento número um vai para a literatura angolana que, em termos de quantidade e qualidade, dá-se a conhecer com maior sistematização. Entre nós a fraca actividade editorial — apesar do impulso dado pela colecção «Autores Moçambicanos» das Edições 70-INLD — não tem permitido fazer conhecer minimamente num nível satisfatório a nossa literatura. Não só: também a apatia (ou inexistência?) de críticos literários faz com que já se tenha escrito mais em Portugal desde o 25 de Abril sobre Rui Nogar, José Craveirinha, Orlando Mendes, Luís Bernardo, sobre os autores da colecção «Poesia de Combate» (de que Mário de Andrade publicou um estudo que engloba Angola, Guiné e Cabo Verde) do que nós escrevemos em sete anos de independência. Mesmo sobre os mais jovens escritores há uma curiosidade viva que não encontra paralelo do nosso lado.

Interroguei-me inúmeras vezes sobre este fenómeno: quais serão as suas motivações, qual o seu real significado. Trouxe essa preocupação para Moçambique e alguém me diria, em estilo conclusivo, «que é a mania dos europeus de se apossarem da cultura dos outros». Não alinho com esta posição se bem que seja verdade que os melhores discos africanos são vendidos em Paris e não em Dakar, Lagos ou Dar-es-Salaam.

Uma das explicações será que entre nós há uma visão messiânica das funções do jornalista.

O jornalista, para além das notícias e reportagens devia fazer crítica literária, crítica cinematográfica, crítica de belas-artistas, crítica teatral e que mais sei eu? O resultado, claro, é o vazio. Por isso o panorama do nosso país, que faz atirar no esquecimento obras que foram lançadas há pouco mais de um ano, é desolador. Uma obra que é publicada e não é discutida (falo de discussão no sentido mais lato da palavra) faz tanto barulho como uma flor atirada num abismo... E a desculpa não pode ser apenas a das tarefas que são mu-

tas, da parte daqueles que poderiam fazer estas análises literárias mas que as não fazem. Tem de haver, necessariamente, uma outra explicação. Atrevo-me mesmo a dizer que houve uma tendência bem marcante de sobrepor a coisa económica à coisa literária, dois factores que devem andar de mãos dadas.

E, para agravar, a Associação de Escritores Moçambicanos já tem edifício pronto, mas há longo tempo que se adia a sua inauguração e consequente criação oficial daquela importante e esperançosa agremiação.

Conheci em Lisboa uma jovem estudiosa, assistente na Faculdade de Letras, que vai fazer a sua tese de doutoramento com um trabalho sobre a poesia de José Craveirinha. Conheci uma jovem, são-tomense que discorre melhor sobre a nossa literatura do que encontrei, há dois anos, junto de estudantes de Letras Modernas da nossa Universidade. Já para não falar de um Manuel Ferreira que, neste momento, na Biblioteca Nacional portuguesa investiga — a partir de jornais que se publicavam no século passado em Moçambique — sobre um poeta que escreveu aqui sobre temática moçambicana e é anterior ao nosso Rui de Noronha.

Abordar este assunto da forma que o faço, seria cretino se não fosse que o confronto revela um hiato na nossa vida literária (?) que vai vivendo à custa de iniciativas de uma minoria ínfima de pessoas cheias de boa vontade e cujo impacto é praticamente nulo.

Nós outros não queremos ir aprender em Lisboa aquilo que poderíamos aprender aqui. Mas aconteceu-nos. Vencida a desconfiança tivemos que nos render à evidência dos factos. Constatei erros (como, por exemplo, considerar autores moçambicanos pessoas que apenas escrevem sobre Moçambique ou sobre temas moçambicanos) mas não há só erros naquilo que se me foi permitido ver. Daí que o já referido professor Manuel Ferreira tenha recebido um convite para vir a Moçambique visitar o país e dar algumas palestras. Neste momento ele deve estar ou está em vias de partir para o Brasil onde, numa das universidades, leccionará sobre literaturas africanas de língua portuguesa. O que quer dizer que falará da nossa, também.

A propósito, é de frisar que no decorrer do II Congresso dos Escritores Portugueses o grupo de estudos mais concorrido — numa das sessões esgotou a lotação prevista levando pessoas a ficarem de pé ou no chão — foi precisamente o grupo que iria debater as literaturas de língua portuguesa tendo-se acabado por discutir, com calor, sob proposta do escritor João de Melo, a chamada literatura de guerra e a necessidade de se lhe dar maior relevo. Neste grupo, como aliás no plenário que se seguiu, notou-se que em Portugal alguns meios direitistas continuam a chamar-nos de país de «expressão portuguesa» e mesmo de país «lusófono». Esta problemática, eminentemente política e não semântica, mereceu de um dos

intervenientes no plenário uma excitada explicação segundo a qual «lusófono» não é ofensivo pois que basta saber grego para se saber qual o seu étimo... O ponto principal desta questão é que a nossa posição, bem clara, ainda não teve peso suficiente para se impor.

Ainda sobre o Congresso, para além da grande abertura das intervenções, a inegável democracia que presidiu aos seus trabalhos, é de salientar que das suas moções aprovadas uma dizia respeito à condenação das agressões da África do Sul aos países vizinhos, outra à necessidade de realização de um Congresso de Escritores de Língua Portuguesa e outra ainda sobre a criação de uma Confederação de Associações de Escritores de Língua Portuguesa.

No que diz respeito à problemática política, económica e social que o escritor português enfrenta, foi aprovada uma «Carta Reivindicativa» que aponta os caminhos para a resolução dos inúmeros problemas enfrentados ainda por quem deseje seguir a carreira de escritor em Portugal. Combater tradição dos escritores daquele país e Salazar mandou encarcerar alguns, levou muitos ao exílio e encurtou a vida de outros. Por isso não duvido que a Carta Reivindicativa é mais uma arma para a resolução de questões candentes nascidas após o 25 de Abril. Lá, as coisas estão límpidas. Em Angola a União de Escritores faz o que pode e bem. E em Moçambique?

ALBINO MAGAIA